



Câmara Municipal de Caraguatatuba
Estância Balneária
Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 34 DE 27/05/2024

(Revoga a Lei 322, de 17 de junho de 1993, que estabelece condições para posse nos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores).

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA APROVA:

Art. 1º. – Fica revogado a Lei Municipal nº. 322, de 17 de junho de 1993, que estabelece condições para posse nos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

Art. 2º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala “Benedito Zacarias Arouca”, 23 de maio de 2024.

FRANCISCO CARLOS MARCELINO
Vereador “**Carlinhos da Farmácia**”

JUSTIFICATIVA:

A presente justificativa tem como objetivo apresentar argumentos para a revogação da lei que obriga a apresentação de laudo negativo de uso de substâncias que causam dependência física ou psíquica para a posse de cargo de prefeito, vice-prefeito e vereadores. A lei em questão viola diversos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, como o direito à presunção de inocência, o direito à privacidade e o direito à igualdade. Ao exigir a apresentação de um laudo negativo, a lei presume que todos os candidatos a cargos públicos são usuários de drogas, o que configura uma grave violação da dignidade humana. A lei contribui para a estigmatização e discriminação de pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas, mesmo que de forma responsável. Essa discriminação pode ter diversos impactos negativos na vida das pessoas, como dificultar o acesso a emprego, moradia e serviços de saúde. A exigência de um laudo negativo não é um método eficaz para prevenir o uso de drogas ou garantir a idoneidade dos candidatos a cargos públicos. A dependência química é uma doença complexa que não pode ser simplesmente diagnosticada por meio de um exame. Além disso, a lei não impede que pessoas com laudo negativo façam uso de drogas após a posse no cargo. A exigência da apresentação de laudo negativo gera custos adicionais para o Estado e para os candidatos, sem garantir resultados efetivos. Além disso, a análise dos laudos pode ser um processo moroso e burocrático, o que pode



atrasar a posse dos candidatos eleitos. A lei desvia o foco das questões realmente importantes para a administração pública, como a competência e a experiência dos candidatos. Ao invés de se concentrar em avaliar a capacidade dos candidatos para gerir o município, a lei se concentra em um aspecto da vida privada dos candidatos que não tem relação direta com sua capacidade de exercer o cargo. Diante dos argumentos apresentados, conclui-se que a lei que obriga a apresentação de laudo negativo de uso de substâncias para a posse de cargo de prefeito, vice-prefeito e vereadores é inconstitucional, ineficaz e prejudicial. A revogação dessa lei é necessária para garantir o respeito aos direitos fundamentais, combater a estigmatização e a discriminação, e promover uma gestão pública mais eficiente e transparente.

Sala “Benedito Zacarias Arouca”, 23 de maio de 2024.

FRANCISCO CARLOS MARCELINO
Vereador “**Carlinhos da Farmácia**”

